

Surtos de Crescimento de Manaus

Economic Surges and Growth of Manaus

Bertha Koiffmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: São poucas as cidades dinâmicas na Amazônia. As que existem o são, sobretudo, graças ao comércio associado a posições privilegiadas quanto à circulação e aos recursos a privilégios políticos, e a uma indústria moderna, no caso singular de Manaus. O modelo de Manaus uma cidade industrial planejada em meio à floresta e de marca cabocla pode ser considerado bem sucedido. Entretanto, sua história, registra surtos intermitentes que correspondem à expansão e colapso. O legado do surto - ou surtos - vividos por uma cidade, é um fator importante a considerar na diferenciação das cidades. Manaus caracteriza-se por dois surtos bem marcados. Após longos séculos de ausência de crescimento, tanto de crescimento demográfico como econômico, dá-se um vertiginoso surto da borracha em poucas décadas, seguido de colapso. Encerrada a estagnação, novo surto se configura a partir de 1967, por iniciativa do Estado brasileiro. Baseado na indústria, revela certa sustentabilidade, respondendo pela posição atual da cidade como metrópole regional. A ausência de dinamismo através dos séculos revela, contudo, uma outra função cumprida nesse período: a de assegurar a posse por Portugal das terras amazônicas no interior da América do Sul.

Palavras-chave: Surtos de crescimento, Cidades, Manaus, Amazônia.

Abstract: There are few dynamic cities in the Amazon. Those that exist are located in strategic places for commercially commanding hinterlands or have privileged access to political resources. Manaus is exceptional in that it is a planned industrial city in the middle of Amazon rainforest, has a mestizo ethnic makeup and can be considered a success. However, the history of Manaus has experienced long periods of stagnation, intermittent surges of expansion and collapse. The legacy of a surge or surges in a city's historical constitutes an important way of identifying how it is different from others. Manaus passed through two distinct surges. After centuries of lack of demographic and economic growth, Manaus experienced the extraordinary rubber boom which lasted a couple of decades and was followed by collapse. Then, after decades of stagnation, in 1967 a second surge was induced by the Brazilian State. Based on industry this surge has achieved a degree of sustainability and is responsible for the present status of Manaus as a regional metropolis. Despite the lack of dynamism in previous centuries before these two surges Manaus had another important function, that of guaranteeing Portuguese possession of the vast Amazon basin which occupies the majority of the interior territories of South America.

Keywords: Growth surges, Manaus, Cities, Amazon.

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

Introdução

A história da cidade de Manaus, localizada em áreas amazônicas interioranas, bem a ocidente de Tordesilhas, aproxima-se do modelo caribenho de ocupação do território. A cidade não nasceu sob o influxo de forças que revelassem uma tendência orientada – é obra da improvisação e da aventura (MONTEIRO, 1971).

Sua posição estratégica na confluência do rio Negro com o rio Amazonas, principal eixo de circulação fluvial regional, tem sido crucial para sua existência em todos os períodos de sua história. Situa-se a quase 2.000 km do litoral atlântico, próximo ao centro geográfico da Amazônia brasileira, constituindo um elo entre a navegação rudimentar e as grandes rotas marítimas de cabotagem e transatlânticas. Não é pois um ponto terminal de navegação – em face das extensões florestais e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica que para ela converge –, é uma etapa central e obrigatória da circulação continental, comandando as conexões entre a circulação atlântica e as mais distantes linhas de circulação fluvial da América do Sul (AB’SABER, 1953).

O relativamente grande contingente indígena é crucial na origem e na cultura da cidade. Durante séculos, foi mero pouso e povoado para as expedições de caça ao índio, para os aldeamentos de coleta da droga e de defesa contra holandeses e ingleses – vindos do Caribe pelos rios Branco e Negro – e contra espanhóis vindos dos Andes pelo rio Solimões. E dependeu politicamente de Belém. Somente três séculos após a descoberta do rio Negro e dois séculos após a sua fundação, no último quartel do século XIX, Manaus cresce, alcança autonomia e assume efetiva feição urbana.

No conjunto das cidades amazônicas estudadas, Manaus caracteriza-se por dois surtos bem marcados. Após longos séculos de ausência de crescimento, tanto de crescimento demográfico como econômico, dá-se um vertiginoso surto da borracha em poucas décadas, seguido de colapso. Como assinala um historiador amazônico, Manaus não teve adolescência – passou da infância à maturidade (MONTEIRO, 1971). Finalmente, encerrada a estagnação, novo surto se configura a partir de 1967, por iniciativa do Estado brasileiro. Baseado na indústria, revela certa sustentabilidade, respondendo pela posição atual da cidade como metrópole regional com 1.612.000 habitantes (2007).

A ausência de dinamismo através dos séculos revela, contudo, uma outra função cumprida nesse período: a de assegurar a posse por Portugal das terras amazônicas no interior da América do Sul. Apesar de sua estagnação secular, Manaus foi um posto avançado da Ibéria no coração da Amazônia sul-americana, e os marcos tênues de seu crescimento anterior ao ciclo da borracha estão associados a mudanças jurídicas e institucionais estabelecidas pela coroa com essa finalidade.

Porque os surtos correspondem à expansão e colapso, e são intermitentes, eles são datados na segunda e terceira parte do artigo, quando ocorrem.

As Origens: Posto Avançado da Ibéria em Dois Séculos de Estagnação – 1657-1852

A descoberta do rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, dá-se em 1542 por Francisco Orellana em expedição de reconhecimento oriunda dos Andes.

O rio foi assim denominado devido à cor escura de suas águas. Quase um século se passa até que a coroa toma providências para a ocupação do território. É o momento em que as especiarias do Oriente perdem importância para Portugal devido à disputa por outros Estados, especiarias obtidas pelo extrativismo de espécies nativas da flora e da fauna valorizados nos mercados europeus para condimentos, usos farmacêuticos, construção de edifícios, enfeites domésticos etc. É também o momento de crise na União das Duas Coroas e da independência de Portugal em relação à Espanha.

Dada a escassez das drogas orientais, em 1637 o governador de toda a Amazônia portuguesa apela para uma política de aproveitamento das riquezas naturais. Ainda nesse ano, o rei Felipe XIV da Espanha cria a Capitania do Cabo Norte, para assegurar a posse do território contra as pretensões anglo-holandesas e francesas na disputa pela terra e na caça de escravos índios para explorar as especiarias do sertão. Para tanto, envia a expedição de Pedro Teixeira, que já toma posse da extensa área em nome da coroa portuguesa (1639).

Em 1655, Sua Majestade ordena ao novo administrador da colônia que execute providências para uma exploração bem orientada dessa produção espontânea denominada “droga do sertão”. Fortins, postos fiscais e expedições de guerra para conter resistências indígenas e/ou incursões anglo-holandesas e francesas na realidade realizam a defesa dos interesses mercantis do Novo Oriente português que se descobre na Amazônia.

Pouso de tropa e povoado (1657-1750)

A criação do núcleo que é hoje Manaus deve-se à sua posição estratégica naquele contexto, decorrente de sua localização junto à confluência dos rios Negro e Amazonas; à proximidade do Caribe, de onde ingleses e holandeses, através do Orenoco e da atual Guiana, incursionavam comerciando com grupos indígenas do rio Branco; ao relativamente denso contingente demográfico indígena nas bacias do rio Negro e do rio Branco (afluente do rio Negro), transformadas em bacias de mão de obra de índios escravizados para as atividades econômicas iniciadas no Maranhão e no Pará, sejam fazendas individuais ou aldeamentos (reduções), comandadas por missionários para organizar a coleta das drogas. Não por acaso, por longos séculos Manaus e o rio Negro foram dependentes de São Luís e Belém, centros regionais de decisões e ações necessárias para cumprir as ordens da coroa.

É como pouso de tropa de resgate de índios e de luta contra holandeses que nasce a atual Manaus. Partem de São Luís, em 1657, a primeira tropa a fixar-se temporariamente e a segunda tropa, em 1658, acompanhada de dois jesuítas, que implantam a cruz. Cerca de setecentos índios foram levados para a escravidão no Pará e no Maranhão só nessas primeiras caçadas.

Desse acampamento, concentração provisória sem nome, forja-se um núcleo de população predominantemente indígena e mameluca. Entre as numerosas tribos que habitavam a bacia do rio Negro, as mais importantes são os manaú e os baré, localizados respectivamente no baixo e alto curso do rio. Aos poucos se aproximam do acampamento, como prisioneiros ou como “descidos” – isto é, por adesão voluntária –, implantando seus barracos de palha.

Para assegurar a posse da coroa portuguesa no centro geográfico de seus domínios amazônicos, implanta-se, dez anos depois, o forte São José do Rio Negro (1669), e 26 anos depois a igreja (1695). Os carmelitas, encaminhados para aplacar a indisciplina social da soldadesca com as índias – responsável pela primeira geração de mamelucos –, constroem a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, ermida coberta de palha, e vários aldeamentos.

Encerra-se, assim, o século XVII, assegurando a posse e recobrando a guerra com a dupla de sempre: a espada e o crucifixo. Os holandeses são contidos. E sob a proteção dos canhões, o acampamento transforma-se no povoado da Barra, conhecido por mais de um século como “Lugar da Barra”. Em 1700, o povoado conta com as primeiras ruas sinuosas e praças lamacentas, mal iluminadas, e carece de administração. Viajantes apontam para a sensação de promiscuidade que o povoado transmite, a forte miscigenação de índios e brancos, e de grupos de índios entre si. Miscigenação inicialmente com os soldados brancos e, a seguir, com bandidos perdoados pelo rei e transferidos diretamente de Portugal para a área. Alguns deles casando-se com filhos de chefes indígenas. Migrantes de outras capitanias, particularmente do Maranhão, também contribuem para formar o núcleo. Mas devido à ausência de dinâmica econômica e demográfica, a condição de povoado sem a menor expressão é mantida por todo o século XVIII e início do XIX. Um pequeno progresso ocorre com a introdução de novos atores e/ou transformação de outros, mas não caracteriza um surto econômico e demográfico.

De povoado à vila e à cidade (1750-1852)

Dois fatores respondem pela incorporação efetiva do rio Negro à capitania em meados do século XVIII, com sede em Barcelos, embora com fraca repercussão sobre o desenvolvimento regional e urbano.

O primeiro fator de mudança é a separação das duas coroas e a ascensão do Marquês de Pombal em 1750, grande estadista de Portugal. Ele implementa o primeiro projeto efetivo para a Amazônia, inserindo-a – só então – no sistema colonial português. Trata-se de fomentar a produção visando transformar a Amazônia – de que o rio Negro é uma das partes mais extensas – em um grande parque agrícola, e não apenas um campo de aventura da droga.

Grandes mudanças institucionais transformam significativamente a Amazônia, com repercussões no rio Negro. O que corresponde hoje à Amazônia Ocidental é organizada politicamente como Capitania e Comarca de São José do Rio Negro, subordinada ao Pará em 1755. Cria-se a Intendência do Comércio, Agricultura e Manufaturas. Promove-se a agricultura para organizar uma base econômica estável. Os missionários são expulsos, e a escravidão indígena, encerrada. Uma política econômica e demográfica é institucionalizada.

Núcleos se multiplicam, geradas por alguns aldeamentos elevados à categoria de vila, e outros à de povoados.

O estímulo à miscigenação para garantir o povoamento, objetivo sempre presente da coroa, é intensificado pelo casamento de colonos com índias e oferta de regalias a quem se fixasse na Amazônia.

Processa-se uma transformação de atores tradicionais e introdução de novos. Diretores encarregados da execução do plano governamental são recrutados entre colonos, que se transformam em membros do aparelho burocrático da capitania, entre soldados que, completado seu tempo de serviço, são convidados a colaborar com a administração mediante favores de vários tipos. Por sua vez, índios integrados nas edilidades elevam-se à condição de membros da sociedade em formação.

O segundo fator da modesta prosperidade é, também, de ordem institucional: a presença de um notável administrador, chefe da Comissão Demarcadora de Limites do Tratado de Santo Ildefonso (término das pendências entre Espanha e Portugal na Amazônia), que assume o governo da capitania em 1788.

De acordo com as ordens da metrópole, o novo governador, Brigadeiro Lobo d'Almada, promove certa ativação econômica; introduz a lavoura de arroz e a criação de gado nos campos do rio Branco; intensifica o cultivo do anil e do algodão no rio Negro, bem como várias manufaturas, como teares para panos de algodão – tecidos e redes –, padaria de pães de arroz, cordoaria com utilização da piaçava (palmeira nativa), que começa a ser cultivada, olarias, engenhos para moer cana. Sua ação mais importante, contudo, é a transferência da capital (1791) da antiga Barcelos, no médio curso, para o Lugar da Barra – atual Manaus –, com melhor localização estratégica entre os rios Negro e Solimões-Amazonas, tendo em vista que, vencidos os anglo-holandeses, a maior ameaça à coroa advinha agora dos espanhóis sediados em Ega no Solimões, atual Tefé.

A transferência da capital e o fortalecimento da administração pública são acompanhados da construção de alguns prédios públicos no núcleo urbano, como o Palácio dos Governadores, hospital, quartel e cadeia pública. Novas e mais largas ruas são construídas, embora ainda entremeadas de mata; o comércio permanece nulo, e a Barra isolada, povoada sobretudo por índios. Daí ser conhecida também como a “Tapera (casa de palha) dos Manaus”.

Enquanto o povoado se fortalece, o forte deixa de ter qualquer utilidade prática. É desarmado em 1783, permanecendo apenas suas ruínas denominadas de Guarita, para controlar a entrada e saída das embarcações de atravessadores de gêneros alimentícios e de regatões. O povoado perde, então, o seu aspecto de praça de guerra, ganhando espaço o comércio e a função portuária. Mas ainda se importava mais do que se produzia na Barra (MONTEIRO, 1971).

As autoridades civis e militares que sucedem aos missionários têm ordens para intensificar a agricultura. Aos diretores de núcleos cabe organizar o trabalho indígena e estabelecer as linhas de comércio, desenvolvendo a lavoura. Nos povoados, caso do Lugar da Barra, gêneros de alimentação; nos sítios e quintais, plantio de árvores e espécies de segura colocação nos mercados consumidores.

Durante todo o período colonial, as lavouras mais trabalhadas são as de mandioca, cacau, café, anil, tabaco e algodão. Em fins do século XVIII, o rio Negro é efetivamente incorporado ao domínio da capitania. Os comandantes da fronteira têm a missão de organizar e intensificar a produção de mandioca para alimentação da população que crescia, embora lentamente; o café passa a ser plantado pelos carmelitas; o anil é iniciado com excelente qualidade, mas sem grande atenção; o cacau tem grande difusão em toda a capitania, e só no rio Negro, em 1775, registram-se 201.300 árvores.

O esforço do Estado para um povoamento agrícola estável é prejudicado pelas falhas dos responsáveis, por uma população exígua e pela prática de destruir a floresta a fogo para a construção de roças. As culturas díspares do branco e do índio não favorecem a colonização agrícola – os índios não são dispostos a tarefas agrícolas, e os colonos se consideram senhores e escapam de trabalhar como agricultores (REIS, 1944). Por sua vez, os diretores, e mesmo governadores, com raras exceções, não cumprem com seus deveres, transformando-se em negociantes e exploradores do trabalho indígena.

O crescimento da população também é mínimo. Exceção são os negros, que praticamente ausentes até meados do século, crescem com a extinção da escravidão indígena.

Não há estatísticas para informar o que se passa nos longos séculos de estagnação no rio Negro e, conseqüentemente, no povoado que seria a futura Manaus. Cronistas e viajantes que por lá passam oferecem números aproximados do povoamento em fins do século XVIII, demonstrando que, realmente, Manaus não passava de mero povoado. É o que se verifica comparando os dados do censo de 1755 elaborados pelo Ouvidor para toda a capitania e aqueles registrados por viajantes, tal como na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – População do Rio Negro – Século XVIII.

Capitania do Rio Negro – Censo do Ouvidor, 1755				
Homens Livres	Índios Aldeados	Escravos	Total	
936	10.620	193	11.749	
População de Manaus				
	Brancos	Índios	Negros	Total
1774	-	-	-	220
1778	34	220	2	256
1786	47	243	11	300

Fontes: Monteiro (1971), Corrêa (1966).

Índios são o maior contingente populacional em número, situação que, aliás, perdura até as proximidades da República, em 1889. São eles que fundamentam a economia amazônica, embora sem o reconhecimento devido. Reunidos em aldeias pelos missionários para catequese e coleta das drogas do sertão, submetem-se a um esforço de trabalho a que não estavam habituados. Expulsos os missionários e suspensa a sua escravidão por Pombal, tornam-se caçados em áreas distantes por expedições dirigidas pelos diretores dos povoados e escravizados sem piedade. Epidemias de varíola os assaltam. Só entre 1743 e 1749 são aprisionados 40 mil indígenas. Na Revolta dos Manaós, chefiados por Ajuricaba, 20.800 índios são mortos por um só cabo do exército. Para as obras que o governo português realiza em Macapá e Belém no decorrer do século XVIII, assim como para as que alteram a fisionomia de Manaus a partir de 1852, tribos inteiras são trazidas do alto rio Negro sem a ele retornar (ibidem).

Não por acaso despovoava-se o interior com a destruição do contingente indígena, revelando que a política de promover o casamento dos colonos brancos com índias não solucionara a questão do povoamento.

Não há tampouco dados para avaliar a extensão e o valor desse negócio realizado principalmente por sertanistas, que, saindo de Belém e Gurupá, operam sobretudo nas bacias do Solimões e do Madeira. Deveriam eles pagar os dízimos, mas muitos escapam ao cumprimento da lei.

Um dos melhores registros da situação na época é o fornecida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorre áreas da capitania em 1780. A maior ocupação humana dá-se no vale do rio Negro. Barcelos, então capital da capitania, é habitada por 230 brancos, 756 indígenas, 167 escravos, conta com noventa habitações e não possui comércio de vulto. Na ampla área correspondente às freguesias da Barra e aos povoados da zona das cachoeiras até a fronteira com os espanhóis ao norte, habitam 4.476 moradores, que produzem 3.944 alqueires de farinha, 166 de milho, 60 de arroz, 2 ½ arrobas de café, 117 de cacau, 23 de algodão, 165 de tabaco, 60 canadas de aguardente.

Ademais, a “droga” continua sempre uma tentação. Primeira base econômica da região, abre a hinterlândia amazônica ao domínio político de Portugal e possibilita ao mundo um espaço imenso como a maior reserva de matéria-prima vegetal e animal até então desvendada. Marca da vida econômica inicial até o fim da colônia, “a droga, na verdade, nunca cessou de ser procurada, retornando com ímpeto, por mercê das circunstâncias” (ibidem).

Na virada do século XVIII para o XIX, a Capitania do Rio Negro entra em crise; as manufaturas são fechadas, e a lavoura é abandonada.

É pequeno o impacto inicial da proclamação da independência do Brasil e formação do Império, em 1822. O Grão Pará continua atrelado à corte de Lisboa como estado colonial, e vencida uma resistência armada pela autonomia política, o rio Negro permanece dependente do Pará. Entre 1821 e 1826 o Lugar da Barra é, na verdade, um subúrbio de Serpa (atual Itacoatiara), localizada na margem oposta do rio Amazonas.

É por iniciativa do governo da província do Pará que o Lugar da Barra é elevado à vila em 1833. O território da província é dividido em três comarcas – Grão Pará, Alto Amazonas e Baixo Amazonas –, Manaus constituindo a Vila da Comarca do Alto Amazonas.¹ Como vila, Manaus organiza sua estrutura administrativa e judiciária, e, em 1848, a Assembleia da Província do Pará eleva a Vila de Manaus à categoria de cidade, com o antigo nome de Barra do Rio Negro.

Mas é o império, que, finalmente, cria a Província do Amazonas (1852), cortando os laços de sua subordinação política à Província do Pará; os limites municipais são estabelecidos, e em 1856 a Assembleia Provincial do Amazonas consagra o nome da cidade como Manaus definitivamente. A autonomia política da cidade, contudo, só é alcançada com a transformação da província em estado do Amazonas pela Constituição de 1891.

Ainda em meados do século XIX, Manaus nada tem de cidade. As antigas construções são ruínas; não conta com nenhum edifício público que merecesse tal nome, nem com indústrias e oficinas. A partir de então, os problemas urbanísticos passam a ter atenção, alterando a feição rural da cidade. Pontes de madeira são construídas, ruas são alargadas, água e luz são disponibilizadas, mas a iluminação é ainda à base de manteiga de tartaruga.

Embora historiadores apontem para uma radical transformação da cidade, Alfred Russell Wallace (em 1852) e Elizabeth e Louis Agassiz (em 1865) espantam-se com as

condições de Manaus, que assemelham às de uma grande aldeia. Wallace oferece uma descrição detalhada da carência de habitações e caríssimos aluguéis devido ao forte afluxo de migrantes e comerciantes atraídos pela instalação do novo governo na cidade. A miséria é extrema, diz ele. Há cinco meses não chegara navio algum, faltando os gêneros de primeira necessidade; as ruas não têm calçamento, são muito onduladas e cheias de buracos; a cidade tem apenas 5 mil, 6 mil habitantes, a maior parte constituída de índios e mestiços.

Coloca-se a questão: como explicar a iniciativa do Império em atribuir autonomia ao Amazonas criando a província e a cidade antes que manifestassem algum dinamismo econômico?

Mais uma vez revela-se a condição de região como fronteira-mundi: é do mundo externo que provêm as demandas de mudanças. Província e cidade são criadas por interesses econômicos com implicações nas relações internacionais: *a pressão para abrir a navegação a vapor no rio Amazonas, indicando a necessidade de ser instituída uma unidade política do governo imperial no sertão das amazonas.*

Grande oportunidade abre-se para a retomada das especiarias, agora no contexto da revolução industrial e de novos poderes hegemônicos – Inglaterra e EUA. Nada mais correto do que a afirmativa anterior de que a “droga nunca cessou de ser procurada, retomando com ímpeto, por mercê das circunstâncias”. É só na segunda metade, melhor dito, no último quartel do século XIX que a economia e a população amazônica crescem com base na nova droga – a borracha – e, em consequência, Manaus torna-se uma efetiva cidade.

O “Surto” da Borracha: Crescimento, Belle Époque e Declínio de Manaus (1852-1924)

A denominação de “bolha” a esse surto econômico e demográfico aqui sugeridos justificar-se-ia não apenas por seu caráter efêmero, mas, sim, sobretudo, pelo fato de não ter fincado raízes que pudessem dar continuidade à dinâmica econômica.

Com apenas uns 4 mil, 6 mil habitantes, uma praça, dezesseis ruas e duas igrejas, após três séculos de descoberto o rio Negro e dois séculos de seu surgimento como pouso de tropa, Manaus tem crescimento demográfico vertiginoso no último quartel do século XIX. Até 1880, seu modesto crescimento populacional deve-se, sobretudo, a mudanças institucionais por decisões da coroa no período colonial para assegurar a posse do território e, após a independência, à política imperial, também visando a inserção do país na economia-mundo.

Em fins do século XIX, seu crescimento demográfico está associado ao crescimento econômico decorrente da revolução industrial. Navegação a vapor, indústria automobilística, a ascensão da Inglaterra e a seguir dos Estados Unidos como poderes hegemônicos, em substituição à Ibéria, valorizam uma nova droga do sertão amazônico – a hevea –, inaugurando um novo surto extrativista sob comando mundial. A borracha passa a ser utilizada em larga escala a partir de 1839 com a invenção do processo de vulcanização por Charles Goodyear. Atinge o auge da produção na Amazônia na passagem do século XIX para o XX. Mas a produção amazônica em 1924 já declinara frente à concorrência asiática, onde a hevea brasileira é cultivada com eficiência.

Dois outros fatores cruciais associam-se a esse surto: o transporte, com a introdução da navegação a vapor na bacia do rio Amazonas, e a grande imigração de nordestinos, mão de obra da nova exploração econômica.

Condicionantes do trabalho novo: navegação a vapor e mão de obra nordestina

São duas as espécies botânicas utilizadas na exploração da borracha, o caucho (*castilla elastica*) e a hevea (*hevea brasiliensis*). A hevea, preferida por sua melhor qualidade, localiza-se no alto curso dos afluentes da margem direita do Solimões-Amazonas, na floresta ombrófila aberta, localização diversa das espécies que sustentam o ciclo das drogas na colônia localizadas sobretudo na floresta ombrófila densa.

A implantação dos seringais (grandes fazendas de exploração da seringa, seiva da hevea que contém o látex) nesses afluentes, sobretudo o Purus, Juruá, Javari e Iça, atribui novo valor à posição estratégica de Manaus como porto para onde convergem os rios da parte ocidental da bacia. Para explorar a valiosa matéria-prima são urgentes os transportes e a mão de obra.

A criação da província do Rio Negro (1852) já é uma decisão do Império, que reconhece o valor estratégico da área e visa instituir uma unidade política que lhe sirva de apoio para impedir o controle da navegação a vapor por firmas inglesas e americanas. A seguir o Império cria a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), para explorar com exclusividade por trinta anos os serviços de navegação comercial a vapor entre Belém, Barra do Rio Negro e daí até Nauta, na foz do Ucaiale (Peru). Trata-se de firma brasileira do Barão de Mauá, grande empresário do Império que atua com financiamentos de bancos ingleses.

Reduz-se drasticamente o tempo de viagem entre Belém e Manaus, de mais de dois meses para dez dias. O porto de Manaus ganha novo *status*, dele partindo duas novas linhas para Santa Isabel (rio Negro) e para Nauta.

Mas a demanda crescente pela borracha rompe o monopólio de Mauá. O governo da província assina contrato com outra firma brasileira, a Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1866), subvencionando mais três linhas entre Manaus e os rios Negro, Madeira e Purus. E logo é também rompido o monopólio nacional. Frente à grande pressão externa deflagrada pelos EUA, com apoio da Inglaterra e de políticos brasileiros, o Império abre a navegação do rio Amazonas aos navios mercantes de todas as nações. A partir daí, Manaus insere-se na rota do comércio exterior, encurtando sua distância com o mundo sob forte impacto econômico e sociocultural.

Inicialmente, são, sobretudo, empresas inglesas que dominam a navegação a vapor, e a seguir uma americana (GARCIA, 2005):

- 1872, a Amazon Steam Navigation Ltd. realiza a primeira viagem à Europa. Em 1874 compra as duas empresas nacionais, realizando uma viagem mensal em cada uma das quatro linhas subvencionadas: Negro, Madeira, Purus e Solimões. Em 1911 é liquidada, dando origem à Amazon River;

- 1877, a Red Cross Line estabelece uma linha regular Liverpool – Manaus – Liverpool;

- 1881, a Booth Steam Ship Cy. Ltd. cria a linha Nova York – Manaus – Nova York;

- 1882, a Cia de Navegação Brasileira de Manaus, com viagens bimensais ao Purus e ao Javari. Em 1883 estende até Manaus suas viagens mensais, que até então terminavam em Belém, intensificando a navegação de cabotagem e reduzindo de 30% a 50% o preço do frete dos gêneros de maior consumo e primeira necessidade.

Manaus desponta como grande entreposto dos negócios da borracha. Entre 1853 e 1860, as exportações da província crescem mais de 1.400%, as exportações de Manaus representando quase a metade do comércio da província inteira (TAVARES BASTOS, apud GARCIA 2005).

Entre 1872 e 1883, entram no porto de Manaus 1.052 navios (930 nacionais e 122 estrangeiros). Lideradas pela borracha, as exportações contabilizam 5.855 contos de reis. Desse total, mais de 87% são gerados no período de 1878-1879 a junho de 1882-1883. A cidade cresce também com a navegação de cabotagem.

Mas a grande transformação de Manaus dá-se nas décadas de 1880 a 1910, quando se multiplicam os seringais no alto curso dos afluentes da calha sul do Amazonas graças à intensificação da imigração nordestina. Para inserir-se na economia-mundo exportando borracha, era necessária mão de obra, problema crucial que se coloca para a região e o país, tendo em vista que a escravidão indígena já fora extinta no século XVIII e em 1888 liberam-se os escravos negros. A solução foi a imigração interna.

O problema estrutural da pobreza nordestina assume extrema gravidade numa prolongada seca de 1877 a 1880, durante a qual desaparece quase todo o rebanho da região e perecem 100 mil pessoas. A emigração regional que já se fazia é estimulada para os seringais da Amazônia, e outros imigrantes também são atraídos pela febre da borracha. Entre maio de 1892 e maio de 1893, quase 2 mil brasileiros e oitocentos estrangeiros desembarcam em Manaus, 365 dos quais permanecem na cidade (CORREA, 1966).

O nordestino transformado em seringueiro, como se sabe, submete-se a um regime de servidão semiescravo, cuja remuneração é quase extinta com o pagamento exorbitante dos gêneros que o armazém do seringalista fornece a crédito. Esse sistema gera, assim, uma dívida eterna para os trabalhadores, que usam praticamente todo o seu rendimento para pagar o patrão.

Enquanto isso, os índios sobreviventes são expulsos para as cabeceiras dos rios.

O crescimento de Manaus nessa fase, quando subvenções a companhias de navegação para os seringais (1894) passam a quebrar o monopólio das grandes firmas comerciais de Belém, configura uma primeira condição efetiva de autonomia em relação à Belém, mas fundada em grandes desigualdades sociais.

Um crescimento econômico e demográfico vertiginoso e concentrado

A extração e exportação da borracha da Amazônia na passagem do século XIX para o XX tem crescimento vertiginoso. De 31 toneladas de borracha produzidas na região em 1827, passa-se a 2.673 em 1860, e no final do século o Brasil torna-se o maior fornecedor mundial do produto. Em 1912, a borracha é o segundo maior produto de exportação do Brasil, logo após o café.

O surto da borracha corresponde a um efetivo crescimento econômico e demográfico, que pela primeira vez ocorre no rio Negro, com forte impacto em Manaus. Um surto, contudo, baseado em tão fortes desigualdades, que assume caráter violento.

Os dados dos gêneros exportados para o Pará entre início de janeiro de 1853 e fim de junho de 1854 revelam a modéstia da produção da província nessa fase em que a exploração da borracha ainda não tem grande significado (Tabela 2).

Tabela 2 – Exportações da província do Amazonas para o Pará (1853-1854).

Principais exportações em Embarcação a Vela		Exportação em Vapores da “Companhia do Amazonas”	
Breu	187 arrobas e meia	Carne seca	44 arrobas
Cacau	2.580 arrobas e 11 libras	Pirarucu	1.842 arrobas
Café	427 arrobas e 26 libras	Borracha	332 arrobas
Estopa	1.138 arrobas	Tabaco	59 arrobas
Pirarucu	43.006 arrobas	Salsaparrilha	164 arrobas
Peixe-boi	224 arrobas	Café	76 arrobas
Piaçaba em ramo	2.895 arrobas	Sebo	15 arrobas e meia
Borracha	518 arrobas e 17 libras	Cacau	17 arrobas
Salsaparrilha	5.419 arrobas e 24 libras	Couros secos	57 arrobas
Tabaco	191 arrobas e 10 libras	Redes de maqueira	34 arrobas
Couros secos	85 arrobas	Castanha	150 alqueires
Redes de maqueira	2.091 arrobas	Chapéus de palha	1 volume
Castanha	22.955 alqueires		
Espias de piaçaba	10.733 polegadas		
Manteiga de ovos de tartaruga	4.141 potes		
Dita de peixe-boi	4.702 potes		

Fonte: Reis (1944, p.66-7).

A concentração da riqueza em Manaus já é, contudo, clara. Entre 1851 e 1854, o número de comerciantes exportadores e de casas de negócio cresce na cidade, respectivamente, de três para oitenta e de 38 para 48, e o crescimento da renda do município é o melhor indicador da nova dinâmica econômica (REIS, 1944) (Tabela 3).

Tabela 3 – Crescimento da renda do município de Manaus.

Ano	Valor (reís)
1834 - 38	55\$930
1839 - 43	1:325\$6
1844 - 48	3:978\$921
1849 - 53	6:024\$176
1854 - 58	21:581\$056

Fonte: Reis (1944).

Ainda em 1860, o Amazonas, com quase 2 milhões de Km², era um verdadeiro deserto, habitado apenas por 40.443 habitantes voltados para a extração de matérias-

-primas (TAVARES BASTOS, apud REIS, 1944). A partir de então cresce rapidamente a extração da borracha, acompanhada sistematicamente do abandono da lavoura. O número de gêneros exportados diminui de 37 para 29 entre 1866 e 1876, e o valor da arrecadação pública da província cresce de 172:759\$247 para 421:302\$799.

A produção agrícola quase que desaparece: no exercício de 1871-1872, o algodão declina para 109.000 quilos, o café para 413.200, o tabaco para 782.253, enquanto que o feijão e a farinha já não figuram nas tabelas. A castanha, por seu lado, ascende a 332.706.620 quilos, a cacau colhido e não plantado a 294.073.199, o guaraná a 3.296.056 e a borracha a 1.588.132.616.

Finalmente, a borracha passa a dominar a economia nas duas últimas décadas do século XIX, com crescimento vertiginoso impulsionado pela intensificação da imigração da mão de obra nordestina.

Quadros organizados pelas repartições provinciais para a produção no primeiro semestre de 1883 revelam que são os vales do Purus, Madeira, Juruá, Solimões e Negro, em que se dividia economicamente a província, que garantem o surto econômico da borracha de melhor qualidade (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais exportações da província do Amazonas (1883).

Quilos	Purus	Madeira	Jaruá	Solimões	Negro
Borracha fina	762.903	599.609	215.651	118.214	19.981
Cemambi	151.607	85.994	29.238	39.978	4.895
Cacau	-	3.779	348	23.549	-
Castanha	1.116	83	-	3.348	-
Couros verdes	-	-	-	-	17.222
Couros de veado	1.234	744	178	238	-
Espias	-	-	-	-	5.517
Estopa	-	-	-	-	970
Copaíba	2.476	526	-	2.476	-
Piaçaba	-	-	-	-	318.577
Pirarucu seco	-	-	-	342,575	-
Salsa	1.823	-	60	1.824	-
Valor	3.156:878\$070	2.388:927\$500	836:522\$800	769:304\$455	148:267\$760
Valor Total	7.299:900\$585				

Fonte: Reis (1944).

O Vale do Rio Negro, onde principiara o trabalho dos colonos no ciclo colonial, experimenta a mais negra decadência. Nem sequer sinal das culturas de que se orgulhara a capitania e do pequeno parque industrial do Lobo d'Almada. Agora de lá só vem a piaçaba, colhida na zona do alto rio, inclusive além das cachoeiras, trechos onde vive uma população paupérrima, quase que ignorada nessa sua existência precária.

As rendas federais e estaduais, entretanto, continuam a crescer com a borracha (Tabela 5).

Tabela 5 – O *boom* da borracha: estado do Amazonas.

Ano	Quilos	Valor Produção (Mil reis)	Renda do Estado (Mil reis)
1892	11.775.843	38.954:488\$0	-
1894	11.661.379	50.307:189\$0	8.808:752\$520
1896-97	12.385.768	70.101:297\$0	-
1897-98	12.905.346	105.616:924\$0	20.476:114\$687
1899	-	-	25.044:886\$887

Fonte: Adaptado de Reis (1944, p.85).

Embora o rio Negro não seja privilegiado com a presença da hevea, não será demais imaginar que a cidade de Manaus usufrui desse crescimento como capital da província, transformada em estado em 1891. Para ela converge a produção dos rios acreanos ricos na goma onde novas cidades são geradas, como Labrea, Humaitá – entrepostos intermediários –, e nela está sediada a alfândega. Em 1910, a renda da alfândega de Manaus decorrente dessas importações atinge o máximo: 6.723:741\$646! Desde 1900, Manaus passa a ter o monopólio da exportação dos negócios da borracha por ato governamental (4/7/1900), evitando a competição dos exportadores de Belém. Não por acaso vários historiadores regionais consideram Manaus a capital mundial da borracha na época, embora Belém detenha o maior volume de comércio. Após 278 anos, Manaus tem a posição chave no comércio e transporte do Alto Vale do Amazonas. Ela é o elo entre o interior e o mundo externo, porto que serve não só ao estado do Amazonas, mas aos territórios federais da fronteira: Acre, Guaporé e Rio Branco. As repúblicas vizinhas, Peru e Bolívia, dependem também de Manaus para grande parte de suas exportações e importações.

O crescimento da população acompanha o crescimento econômico. É Benchimol (1947) que apresenta um dos mais completos quadros do efetivo de população de Manaus, demonstrando como cresceu apenas a partir de 1872, como visto a seguir na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento demográfico.

Ano	População		Manaus (%)
	Amazonas e Acre	Manaus* (município)	
1865	40443	16655	41,2
1872	57810	29334	50,7
1890	147915	39720	26,9
1900	249756	50300	20,1
1920	455545	75704	16,2
1940	517776	106399	20,5

* O primeiro censo federal, efetuado em 1872 e os seguintes, até 1920, consideram o município como unidade territorial. Não há, assim, dados para a cidade em si antes de 1940.

Fonte: Benchimol (1947) e IBGE (1872, 1920, 1940).

Observa-se que, de início, a população cresce no município de Manaus –rural e urbana –, onde corresponde, em 1872, a 50,7% da população de toda a província (Amazonas e Acre). Nas décadas seguintes, a expansão do povoamento para o interior reduz a proporção relativa da concentração no município de Manaus.

O Censo de 1940 revela novas particularidades pela primeira vez na história da cidade: a) um excedente de mulheres sobre homens; b) as doenças dominantes – malária, tuberculose e doenças dos aparelhos digestivo e respiratório, com uma elevada taxa de mortalidade de 20,28/1.000 habitantes; c) a alteração étnica ocorrida no século XX, com aumento do número de brancos, que passa de 16,4% a 36,25%, enquanto se mantêm os mamelucos e se reduzem drasticamente os índios (Tabela 7). Dentre os brancos, são maciçamente dominantes os portugueses.

Tabela 7 – Composição étnica da população do município de Manaus.

Ano	1872	1940	1940
	%	%	Total
Mestiços	68.8	60.9	64.824
Mulatos	10.3	-	-
Negros	4.5	2.6	2.732
Branco	16.4	36.25	38.585
Amarelos	-	0.09	86
Não declarada	-	0.16	172

Fonte: Benchimol (1947).

Quanto à ocupação da população, embora os dados dos censos não sejam perfeitamente comparáveis, é possível perceber em 1940 (Tabela 8) a crise econômica e o início da tendência ao crescimento dos serviços públicos, que caracteriza a grande maioria das cidades da região até hoje.

Tabela 8 – Ocupação da população de Manaus (1920 e 1940).

Ocupação	1920	1940	Mudança
Agricultura	20,6	13,3	-7,3
Indústria, extração e mineração	9,0	9,0	0
Comércio	7,2	6,0	-1,2
Transporte e comunicação	4,3	3,7	-0,6
Forças armadas e polícia	1,4	1,6	0,2
Serviço público	2,1	2,4	0,3
Serviço profissional	1,7	0,8	-0,9
Serviço doméstico, estudante, inativos, não declarados e outros	53,7	63,2	9,5
	100,0	100,0	

Fonte: Benchimol (1947).

A “*Belle époque*” de Manaus e seu colapso

O “ciclo de borracha” gera uma cadeia produtiva que se inicia com a extração na floresta. A borracha é então transportada por via fluvial até os grandes portos concentradores da produção – Belém e Manaus –, de onde é exportada, sobretudo para as indústrias norte-americanas.

São Europa e EUA – ponto final da cadeia – que usufruem da riqueza da borracha. A parcela de riqueza produzida que permanece na Amazônia concentra-se em Belém e Manaus, que vivem sua “*Belle Époque*”.

Manaus passa por formidável transformação, sobretudo entre 1880 e 1910, no apogeu do “ciclo da borracha”. Torna-se uma efetiva cidade. Igarapés são aterrados, avenidas, praças, edifícios públicos e comerciais modernos e suntuosas residências senhoriais são construídos. Belos pavilhões são importados da firma Walter Macfarland, da Escócia. O luxo dos materiais deve-se também à importação de firmas francesas Kock Frères e Maison Capezot (DIAS, 1999).

Mais importante, Manaus torna-se uma urbe cosmopolita. Novos atores, agentes do trabalho novo, entram em cena na aventura da borracha. É grande a influência da Grã-Bretanha nesse processo, sobretudo por meio da implantação e do controle de serviços – financeiros, portuários, iluminação elétrica e circulação intraurbana com os bondes –, que permanecem na cidade até 1950. Trabalhadores de múltiplas nacionalidades – brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, franceses, ingleses, americanos, sírios, libaneses, judeus e gregos – formam os elos da cadeia produtiva da borracha, realizando o intercâmbio das atividades econômicas entre a cidade, os seringais e os grandes centros financeiros da Europa e dos Estados Unidos. Profissionais liberais – artistas, intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas – instalam-se na cidade, muitos deles formados em faculdades do Nordeste brasileiro. Negociantes e seringalistas, vindos de várias partes do país, compõem os novos atores na cidade, onde a moeda dominante nas transações é a libra esterlina.

Os “coronéis” da borracha, rapidamente enriquecidos, vivem em fausto em Manaus e Belém, cidades que procuram imitar Paris e Londres. Nos portos atracam navios abarrotados de produtos importados, a vida artística fervilha com exposições e espetáculos de música lírica, e altera-se a aparência da cidade. Embora com expressão econômica, a infraestrutura portuária de Manaus não é compatível com o porte de uma cidade rica, moderna e cosmopolita.

As operações portuárias de embarque e desembarque de cargas, lentas e muito onerosas, exigem a construção de um cais que permita a acostagem de embarcação de qualquer calado em qualquer época do ano, enorme desafio para a engenharia naquela época. Em 1899, o Governo Federal abre concorrência para a execução das obras de melhoramento do Porto de Manaus. Vence a firma B. Rymkiewicz e Comp., que dois anos depois transfere à Manaós Harbour Ltd. todos os direitos e obrigações estabelecidas, que incluem o direito de exploração dos serviços portuários por sessenta anos.

A forte atuação da Grã-Bretanha é patente nesse processo: o Barão de Rymkiewicz, dono da firma de mesmo nome vencedora da licitação, é sócio da Manaós Harbour Ltd., instituída em Londres pela família Booth (dona da empresa de navegação citada). Em 1903, a Manaós Harbour assume a exploração comercial do Porto de Manaós, que

se torna parada obrigatória dos negócios da borracha e dos viajantes. Um cais flutuante para os navios estrangeiros ligado à terra firme pela “roadway”, ponte que acompanha o nível das águas formando um “T” e outro cais flutuante das torres no meio da baía do rio Negro para desembarques solucionam o problema portuário.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade e o porto integram-se de tal forma, que é difícil dissociá-los – sua praça central e entorno são extensões do Porto da Manaós Harbour. Ali se localizam os bancos, as corretoras de navios e de seguros, as lojas de modas, os cafés, bares e restaurantes, as firmas inglesas que controlam as importações, as exportações, a navegação, os serviços públicos, a estação dos bondes da inglesa Manaós Tramways and Light Company. Também aí localizam-se os aviadores, figuras emblemáticas da época, mistura do comerciante com agiota que fornece bens de consumo e gêneros a crédito aos seringalistas (os donos dos seringais), a serem pagos com a borracha, e negocia a borracha com os exportadores. Os seringalistas endividam-se para manter hábitos luxuosos na cidade e para suprir os armazéns dos seus seringais – o barracão –, onde exercem o papel de aviador para os seringueiros, os trabalhadores da seringa.

Mas lá na segunda década do século XX começa a se verificar, com violência, a concorrência da borracha das plantações inglesas e holandesas do Oriente. A depressão econômica e financeira que se segue traz nova crise para o estado. Em 1917, para 213.070 toneladas de borracha produzida no Oriente, o Amazonas exporta 8.643.919 quilos, e em 1921 a diferença aumenta: 272.915 toneladas do Oriente contra 4.122.059 quilos do Amazonas!

Em 1914, o crescimento da cidade é posto em xeque pela perda de controle do mercado da borracha assumido pela produção das plantações da Malásia. A partir de então, Manaus passa por longo período de crise, seguido de estagnação. Sobrevive, como sempre, graças à riqueza da floresta: madeira, castanhas, essências, sementes oleaginosas e fibras tropicais.

Uma tentativa de retomar a produção de borracha gera uma nova “bolha”, pouco duradoura. Após a depressão dos anos 1930, as indústrias brasileiro-americanas de São Paulo criam uma demanda nacional para a goma, e a guerra na Ásia prejudica o suprimento para os EUA, abrindo para a Amazônia uma nova oportunidade. Manaus recupera por alguns anos o monopólio da borracha natural. Em 1942, o Brasil assina com os EUA os Acordos de Washington, um dos quais, o Acordo da Borracha, para garantir a produção do produto às forças aliadas. Ainda nesse ano é criado o Banco de Crédito da Borracha, com sede em Belém, pela parceria entre o Tesouro Nacional (55%), a subsidiária americana Rubber Reserve Company (40%) e “pessoas físicas de nacionalidade brasileira”.

Institui-se o monopólio da borracha e a substituição da influência inglesa pela norte-americana nos negócios do Brasil e da Amazônia. Iniciam-se a “Batalha da Borracha” e o estímulo à migração para constituir os “Soldados da Borracha”, recrutados novamente no Nordeste brasileiro.

Instalada nos camarins do Teatro Amazonas, a Rubber Development Cy. assume posição claramente intervencionista, impondo restrições às casas aviadoras e aos exportadores, proibindo o transporte da castanha e do pau-rosa para suprir de borracha a indústria bélica norte-americana (*Garcia*, op. cit., p.141).

Terminada a guerra e desfeitos os Acordos de Washington, desvanece-se essa segunda e breve bolha da borracha, reinstalando-se a crise no estado e na cidade.

Mas a economia da borracha resulta na formação da Amazônia como uma unidade em si (BECKER, 2001b), pelo crescimento da população e da economia, bem como pela ocupação do território. Calcula-se em aproximadamente 260 mil os imigrantes entre 1872 e 1900, sem contar os que teriam vindo para o Acre anteriormente. Em consequência, a população Amazônica cresce de 250 mil para 500 mil no período (FURTADO, 2007).

Ocupa-se o território. Por um lado, pela expansão do povoamento em novas áreas da fronteira móvel impulsionada pelos seringueiros e comerciantes na busca do látex localizado nos altos vales dos tributários da calha sul do rio Amazonas; em face da inexistência de limites definidos, eles penetram profundamente na Bolívia, daí resultando o que é hoje o estado do Acre e o povoamento brasileiro nessa fronteira. Por outro lado, consolidam-se núcleos urbanos – sobretudo Belém e Manaus – em grande parte pelo êxodo rural decorrente da crise econômica.

A depressão econômica e financeira no estado do Amazonas e em Manaus perdura por três décadas. Novas perspectivas só emergem com a entrada em cena de uma diferente atividade produtiva, que não o extrativismo, e de um novo ator: o Estado brasileiro.

O Surto de uma Indústria na Floresta – A Zona Franca (1970-1990)

A crise da borracha atinge as finanças públicas, a rede de exploração do látex e a estrutura de poder a ela atrelada. E a uma sociedade moldada na exportação de produtos ditada pela demanda externa, faltam iniciativas e mesmo capacidade para identificar alternativas de dinamização econômica do estado e da cidade. Numa economia de surtos, a prática e a ideologia da elite é aguardar a valorização de um novo recurso natural.

Desta feita, contudo, não são os mercados externos que desencadeiam surtos econômicos na Amazônia, mas, sim, o planejamento e a geopolítica do jovem Estado brasileiro, que, para sua afirmação, busca não só o crescimento econômico, mas o controle do território nacional.

Antecedentes do planejamento regional

A União movimenta-se em favor da região. Em 1946 é criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabelecendo que a União aplicará na região durante pelo menos vinte anos consecutivos quantia não inferior a 3% de sua renda tributária. Os estados, territórios federais e municípios da região reservarão anualmente 3% de suas rendas para a mesma finalidade. Em 1953, o Plano é transformado na Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Lei nº 1.806, que define também a área do Plano, constituindo a Amazônia Legal, que inclui não só a região florestal como parte dos cerrados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. A ação da SPVEA, contudo, responde mais a um discurso do que a uma ação efetiva.

Por sua vez, o governo estadual, em suas tentativas de solução, cria empresas de economia mista – dentre as quais tem sucesso o Banco do Estado do Amazonas – e propõe a criação do Porto Franco de Manaus (1951).

Ações mais efetivas incidem sobre a Amazônia somente na segunda metade da década de 1950, por iniciativas visando o desenvolvimento nacional no governo de Juscelino Kubitschek com base em “energia e transporte” e “50 anos em 5”, envolvendo necessariamente expansão de mercados – inclusive o doméstico. A geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) dá suporte à política econômica, considerando a necessidade de integração da Amazônia ao restante do país partindo de eixos viários do planalto central.

A conjugação dos anseios econômicos e geopolíticos – constante na Coroa, no Império e no Estado brasileiro – resultou na interiorização da capital federal para o planalto central – Brasília, inaugurada em 1960 – e na construção de uma rede de grandes estradas para articulá-la à Amazônia, iniciada com a Belém-Brasília e seguida de outras contornando a Hileia.

A estratégia geopolítica previa também a construção dos eixos Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus e sua expansão para o Caribe através da estrada Manaus-Boa Vista, que foram postergadas por outras prioridades. Para a Amazônia ocidental, propõe-se um outro componente estratégico poderoso: a construção inicialmente de um porto franco, tal como sugerido pelo governo estadual, posteriormente substituído por uma zona franca em Manaus.

O surto da Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é criada em 1957 com o objetivo, segundo Silva (1999), de evitar um esvaziamento ainda maior das já deprimidas economias urbana e regional da Amazônia, recaindo a escolha em Manaus por ter ela população muito superior à das outras cidades da Amazônia ocidental. A essa lógica deve-se acrescentar a preocupação geopolítica e a posição estratégica de Manaus na região.

Na medida em que não se oferecem incentivos para atrair investimentos, a ZFM não deslancha (GARCIA, 2005). Só assume seu novo papel de impulsionar a ocupação do território e garantir a soberania brasileira sobre a região durante o regime militar, quando é reformulada no contexto da geopolítica que prioriza a integração da Amazônia. ²Em 1967 é reformulada para cumprir o seu papel introduzindo uma economia comercial e industrial em plena região florestal fracamente povoada, vivendo de uma economia mercantil decadente e próxima à fronteira norte. A ativação da ZFM insere-se na Operação Amazônia, que inclui também o Banco da Amazônia e a SUDAM. Iseção de impostos sobre inúmeros tributos, garantem a atratividade das empresas, devendo vigorar por trinta anos.

Manaus torna-se importante centro de comércio importador e centro de turismo doméstico a ele associado. No início do processo de globalização, a partir de 1968, crescem os investimentos estrangeiros industriais no Brasil e em Manaus. Visando impedir a internacionalização do setor, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1976, estabelece índices de nacionalização para evitar investimentos transitórios e a instalação de indústrias exclusivamente montadoras, que, sem grande sucesso, são suprimidos em 1991.

Caracteriza-se, sem dúvida, um surto econômico na cidade com a introdução de um trabalho novo na indústria, bem como no comércio e serviços a ela relacionados. Cresce rapidamente a população – em vinte anos (1970-1990), de 311.622 habitantes, correspondendo a 32,62% da população total do estado, para 1.011.501 habitantes, 48,09%

do total do estado (Figura 1). A renda do setor terciário cresce de 56,5% para 67,7% em apenas dois anos – de 1966 a 1968 – (SILVA, op. cit.). Crescem, além da população, a receita tributária estadual, os índices de construção civil, o consumo de energia elétrica e, sobretudo, o número de empregos, que só no setor industrial chega a 100 mil em 1990. Altera-se a estrutura econômica e, sobretudo, a estrutura do emprego.

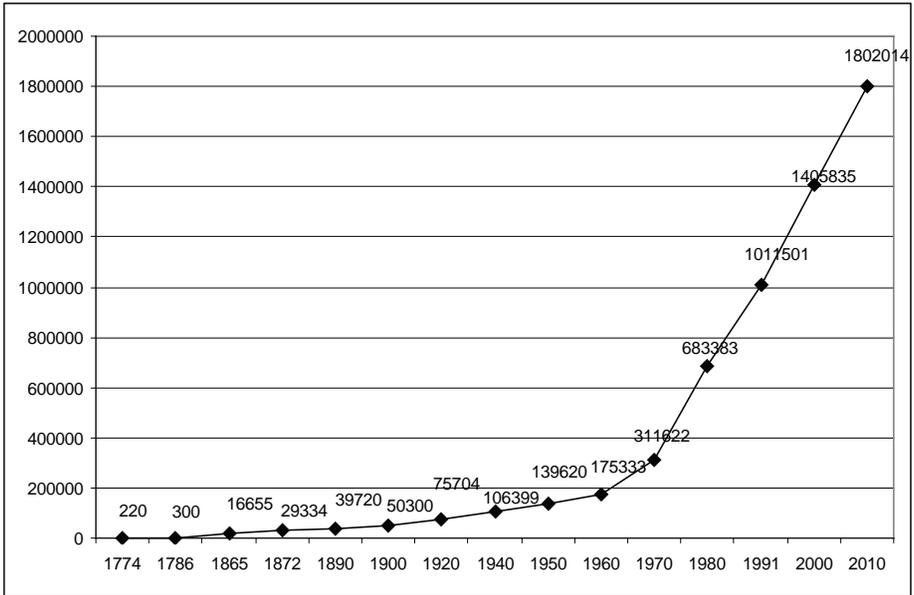


Figura 1 – População da cidade de Manaus.

Fonte: Os dados de 1774, 1778 e 1865 são estimativas obtidas na literatura histórica. A partir de 1872, são dados do Censo Demográfico do IBGE.

Em 1989, o Distrito Industrial da ZFM já conta com 425 empresas instaladas e 74.818 empregos diretos na indústria; somados os empregos de outros setores – comercial e de serviços – a cidade de Manaus conta com o total de 127.804 empregos diretos e passa a abrigar 98% das atividades econômicas do estado.

A globalização e abertura da economia brasileira na década de 1990, contudo, afetam profundamente a ZFM, que entra em crise. Na primeira metade da década, em 1992, o nível de empregos diretos na indústria cai para 20 mil, e a arrecadação tributária de 1991 decresce em US\$ 136.267.245 relativamente a 1990 (ibidem).

Mas já na segunda metade da década de 1990, a partir do Plano Real, é patente a recuperação econômica. Crescem muito as exportações, o faturamento e o nível de emprego. É que novamente o Estado brasileiro vem em socorro de Manaus. Os incentivos fiscais são renovados por dez anos, a seguir até 2013 e, finalmente, até 2023. Reconhecendo a necessidade de diversificar a produção industrial articulando a base industrial à fantástica potencialidade da floresta, e desse modo difundindo o desenvolvimento no estado, duas importantes ações institucionais se estabelecem: i) a criação do Polo Industrial de Manaus (PIM), que passa a substituir a ZFM, visando o fortalecimento industrial; ii) a

criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), visando estimular a pesquisa da biodiversidade e a indústria biotecnológica.

A população da cidade cresce até hoje significativamente, mas o crescimento do faturamento do PIM passou a ser mais rápido do que o da população (Figura 2). Entre 1996 e 2000, o PIM se afirma como polo exportador, sobrepondo-se ao comércio e aos serviços; sua balança comercial cresce mais de 600% nas exportações industriais, crescendo ainda mais na primeira década do século. Em 2004, as quatrocentas indústrias do PIM (entre elas Nokia, Samsung, Phillips, Panasonic, Yamaha, Sony, Gillette) geram 900 mil empregos e faturam US\$ 14 bilhões.

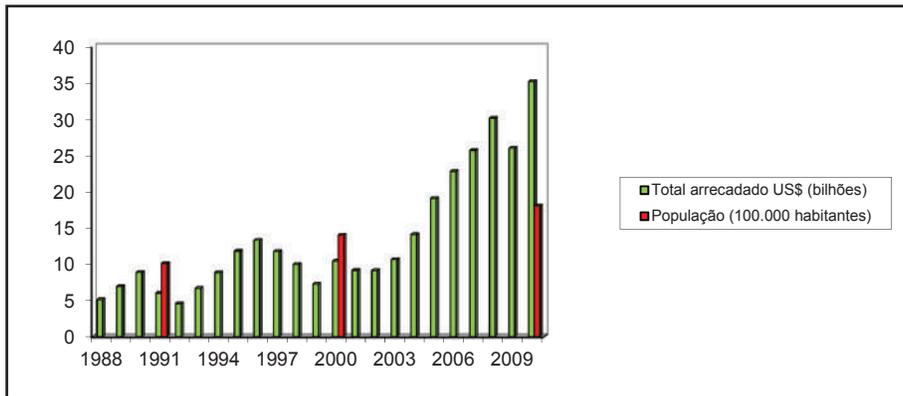


Figura 2 – Faturamento do PIM em US\$ (1988-2010) e Dinâmica demográfica em Manaus.
Fonte: SUFRAMA (2010) e IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A participação de Manaus na economia regional torna-se crucial, sendo superior a um quarto do PIB da Região Norte (Figura 3) e mesmo do PIB brasileiro, ocupando sempre posição entre os sete mais importantes municípios brasileiros e à frente de outras capitais do país (Figura 4).

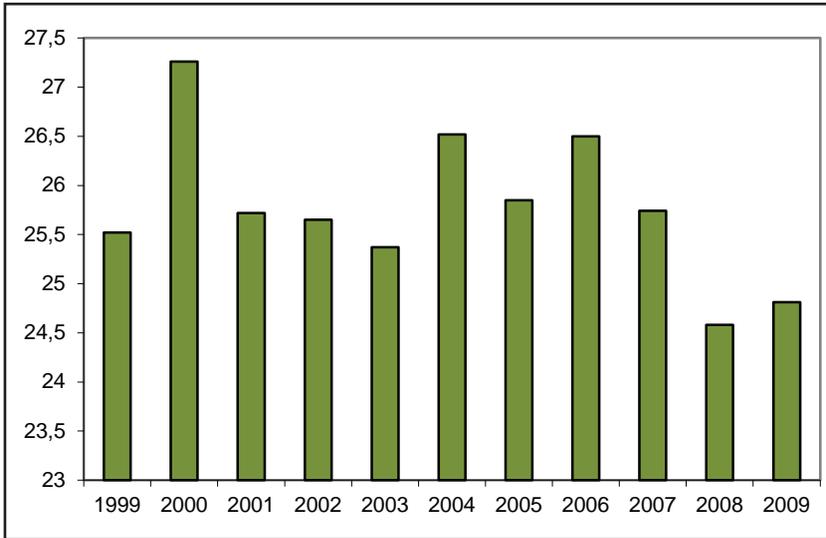


Figura 3 – Participação do PIB a preços correntes de Manaus em relação à Região Norte (%).
Fonte: IBGE, 2010.

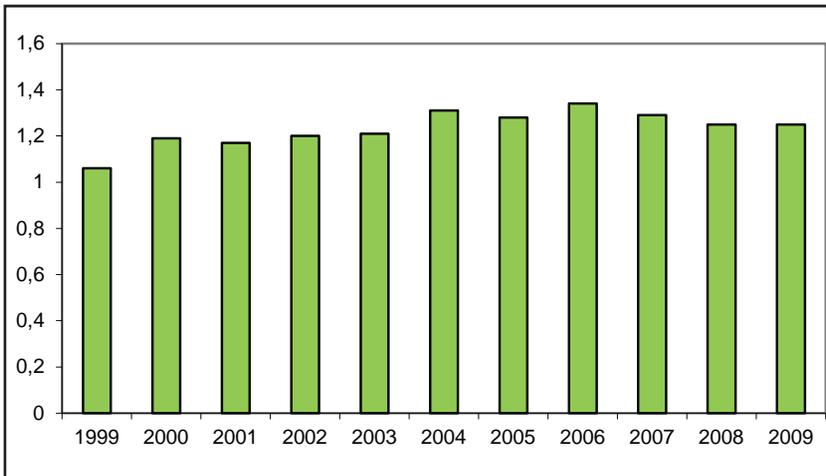


Figura 4 – Participação do PIB a preços correntes de Manaus em relação ao Brasil (%).
Fonte: IBGE, 2010.

Há um esforço para mudar o tipo de indústria convencional que originou a ZFM e diversificar o PIM. O setor de material elétrico, eletrônico e de comunicação, ainda o mais importante, especializou-se bastante, com ênfase na indústria de duas rodas, especialmente motos. Mas vem reduzindo sobremaneira sua importância frente ao crescimento do

setor de matérias plásticas, seguido do metalúrgico, tal como visto na tabela 9, crescimento que pode significar uma nova produção de insumos para a indústria eletrônica.

Tabela 9 – Evolução dos setores das empresas instaladas no PIM.

Setores	1987	2009
Material elétrico, eletrônico e de comunicação	59,60%	25,20%
Produtos das matérias plásticas	2,10%	15,40%
Metalúrgico	2,50%	9,20%

Fonte: MDICE – Suframa, 2010.

Embora não tendo ainda significação estatística, uma nova indústria promissora emerge em Manaus, iniciando a utilização dos recursos florestais num novo patamar. Tratam-se de numerosas empresas médias e pequenas que utilizam produtos da biodiversidade para a produção de cosméticos e, em menor escala, fitofármacos. Para tanto, organizam redes de suprimento da matéria-prima que buscam a até 700 quilômetros através da circulação fluvial (BECKER, 2009).

Outra inovação que se apresenta é a criação de um polo minerador na cidade, tendo em vista que, frente à valorização internacional dos minérios, sobretudo a demanda da China, tem-se avançando muito na pesquisa mineral, com descobertas significativas.

Enfim, desta feita, o surto econômico industrial introduziu um *trabalho novo*, que, embora restrito a montadoras, não se desvaneceu com a crise. Criou raízes, estimulou o comércio, mas também alguns serviços e mesmo algumas empresas especializadas em insumos necessários ao polo, como observado nas estatísticas e em pesquisa de campo.

No final da primeira década do século XXI, Manaus registrou um forte crescimento de população e econômico. Tratar-se-ia de um novo surto ou do crescimento de uma economia consolidada.

Manaus contemporânea³

O modelo da ZFM é alvo de um debate polarizado no país até hoje. Para uns, o modelo é positivo; dinamizou a economia regional criando empregos e integrando-se ao restante do país, e sem provocar desmatamento. Os argumentos contrários enfatizam os males da internacionalização da economia – não se trata de um efetivo desenvolvimento industrial, porque as fábricas instaladas são apenas montadoras dependentes tecnologicamente das matrizes que recebem os grandes lucros da produção; e a implantação da ZFM, na verdade, constituiria o fim da possibilidade de um capitalismo nacional independente, na medida em que submeteu Manaus a um crescimento exógeno (SILVA, 1999). O modelo só é viável em condições privilegiadas, com investimentos públicos em infraestrutura, isenção fiscal e facilidade para remessa de lucros (OLIVEIRA e SCHOR, 2009).

Se os argumentos negativos são verdadeiros, e a eles se deve acrescentar a macrocefalia da Manaus concentrando até hoje ainda mais de 80% da população e 84% da economia do estado do Amazonas, não é possível deixar de considerar os aspectos po-

sitivos do empreendimento quanto aos seus objetivos. A ZFM introduziu uma economia dinâmica no âmago de um mercantilismo extrativista atrasado, iniciando uma integração do vasto coração florestal ocidental da Amazônia com o país e o mundo e tornando as fronteiras políticas norte mais acessíveis.

A afirmação de que a economia é dinâmica não é excessiva. Estudos recentes trazem novos argumentos em favor do Polo Industrial de Manaus. Periodizando a sua evolução, identificam três grandes períodos: i) de 1967 a 1976, correspondente à indústria de montagem por empresas estrangeiras majoritariamente eletrônicas de consumo; ii) de 1976 ao início da década de 1990, fase de substituição de importações com produção condicionada a índices mínimos de nacionalização, mas reduzida produtividade; iii) início dos anos 1990 até o presente, fase de modernização industrial *high tech* em ambiente altamente competitivo, com intensidade no uso dos fatores capital e tecnologia, tendo um ano de inflexão em 2013 (MACHADO et al., 2008; VIEIRA DE SÁ e MACHADO, 2012).

Segundo esses autores, o paradigma fabril de Manaus é hoje a busca de competitividade em nível internacional, consolidando cadeias de segmentos industriais *high tech*, sobretudo pela agregação local de valor em suas operações. Agregação de valor que, segundo seu estudo, tem sido maior do que a da indústria de transformação do Brasil como um todo. Tal esforço colocaria por terra o argumento de que a indústria de transformação amazônica pouco agregaria valor à produção devido aos seus incentivos fiscais e à sua lógica de operação.

Se esse argumento for válido, há uma possibilidade real de em Manaus estar consolidada uma efetiva economia industrial.

Manaus é hoje uma metrópole com 1,612 milhão de habitantes (2010), com influência na Amazônia ocidental e competindo com Belém no Vale do Amazonas até a cidade de Santarém. E tem ocupado frequentemente o quarto lugar entre as metrópoles brasileiras em participação no PIB do Brasil.

Certamente há problemas e desafios a enfrentar. A cidade não escapa do contexto brasileiro de forte desigualdade social. Parcela da população é ainda segregada e não tem acesso à inclusão na riqueza gerada, que é exportada para as empresas matrizes e/ou permanece em poucas mãos. Há muito ainda por fazer visando difundir benefícios para a população pobre e para o restante do estado do Amazonas. Até agora o CBA não conseguiu se consolidar como núcleo avançado de pesquisa biológica e da biotecnologia, e muito menos articular-se com o PIM criando condições para inovar em áreas científicas da fronteira da ciência, como havia sido previsto.

Mais uma vez parece ser necessária a iniciativa do Estado federal para alavancar um novo surto na Amazônia a partir de Manaus. Afinal, não é papel do Estado assumir iniciativas estratégicas?

O contexto do século XXI coloca novos desafios e oportunidades para um novo e diferente padrão de desenvolvimento de Manaus calcado na utilização do potencial natural dos ecossistemas florestais. A revolução científico-tecnológica, oferecendo meios para utilizar os recursos naturais em patamares mais elevados que os conservam e reduzem os desperdícios de sua utilização, transformou a natureza em capital natural. Por sua vez, a preocupação com o aquecimento global valoriza igualmente as florestas tropicais como sorvedouros de carbono. Simultaneamente, processa-se a mercantilização não só

Becker, B. K.

de novos elementos da natureza – água, biodiversidade, ar – como das suas funções, com ênfase no mercado de carbono (BECKER, 2009).

As florestas tropicais entram na agenda econômica e política global, e o Brasil é pressionado devido ao intenso desmatamento que vem ocorrendo pela exploração da madeira e implantação de pastagens.

Uma nova função de Manaus, capaz de gerar riqueza não só para ela mas para a região sem destruir a natureza, seria, assim, capitanear a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia (ibidem). Destacam-se aqui dois fundamentos do modelo. O primeiro é que a floresta só se manterá em pé se a ela for atribuído valor econômico para poder competir com as “*commodities*”. Trata-se de produzir sem destruir, o que remete às questões de o que e como produzir. O segundo refere-se mais uma vez à posição estratégica de Manaus, desta feita valorizada não só pelo comando que a cidade exerce sobre a ampla rede de drenagem, mas, também, por sua situação face à extensão florestal da Amazônia sul-americana, onde se destaca como a mais importante cidade. Tal posição, única no mundo, possibilita planejar um novo ciclo econômico de Manaus como uma cidade mundial com base na prestação de serviços ambientais oferecidos pela floresta, apoiada no fortalecimento da pesquisa e de serviços especializados, na criação de uma bolsa de valores na cidade e numa rede de cidades de apoio na região.

Seria, sem dúvida, um trabalho novo, bem diverso dos anteriores, economicamente rentável, socialmente justo, ambientalmente prudente e, sobretudo, provedor de autonomia à cidade a ao estado.

Agradecimento

Em minha estadia como Pesquisadora Visitante na Universidade de Loughborough, Inglaterra, em 2005, a convite do Professor Peter Taylor fomos estimulados a desenvolver na Amazônia a pesquisa sobre surtos econômicos de cidades por ele coordenada em escala mundial. Um projeto institucional apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – “Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional” - permitiu a retomada da pesquisa específica sobre cidades e no sub-projeto “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” investigamos a teoria dos surtos de crescimento de cidades amazônicas e suas relações com o desenvolvimento,

Referências bibliográficas

AB’SABER, A. N. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.15, p. 18-45, 1953.

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: EDUSP, 1975.

BATES, H. W. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. (1. ed. 1863)

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia* – Nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In:_____; COSTA, F. A; COSTA, W. M. (orgs.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009, p.39-86. .1.

CORRÊA, L.M. *O nascimento de uma cidade (Manaus 1890 a 1900)*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BENCHIMOL, S. *Manaos: the growth of city in the amazon valley*. Oxford, Chio: Miami University, 1947.

BRADFORD BURNS, E. *Manaus, 1910 retrato de uma cidade em expansão*. Parintins: Biblioteca Municipal Vera Lucia Simplício, 1966.

DIAS, E. M. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, E. *Manaus, referências da história*. Manaus: Norma Editora, 2005.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1872-2010.

_____. *Produto interno bruto dos municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOUREIRO, A. J. S. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do autor, 1986.

MONTEIRO, M. Y. *Fundação de Manaus*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (org.) *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p.59-98.

REIS, A. C. F. *O processo histórico da economia amazonense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (1. ed. 1931)

Becker, B. K.

_____. *Manaós e outras villas*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999. 145p.

SÁ, M. T. de V.; MACHADO, J. A. da C. *Polo Industrial de Manaus: suas transformações e seus êxitos na agregação do valor regional no período de 1996-2009*. 1º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, M. C. *O país do Amazonas*. Manaus: Edua, 1996.

_____. Zona Franca. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999, p.17-49. v.1.

_____. Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999, p.223-46. v.1.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus: SUFRAMA, 1989.

_____. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus: SUFRAMA, 1995.

_____. *Indicadores industriais de 1988 a 2010 do parque industrial de Manaus*. Manaus: SUFRAMA 2010.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹A comarca possui mais três vilas, sedes dos outros três *termos* da comarca: Ega (atual Tefé), Lusea (hoje Maués) e Mariuá (Barcelos). Todas as outras vilas são rebaixadas a freguesias. Ao termo de Manaus subordinam-se Saraca (Silves), Serpa (Itacoatiara), Santo Elias do Jaú (Novo Airão) e os povoados de Amajari, Jatapu e Uatumã.

²Detalhamento desse processo encontra-se em Becker, B. K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Zahar, 1982, e *Amazônia*, Ática, 1990.

³O levantamento de dados apresentados nessa seção tiveram a colaboração de Garcia, I. F., bolsista de Iniciação Científica.